UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CAMPUS ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE FORMAÇÃO DOCENTE
CURSO DE MATEMÁTICA-LICENCIATURA

MARIA EDUARDA DA SILVA

A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS NO CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Caruaru
2024

MARIA EDUARDA DA SILVA

A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS NO CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Matemática - Licenciatura do Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, na modalidade de monografia, como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em matemática.

Área de concentração: Ensino (Matemática)

Orientador (a): Profª. Drª. Jaqueline Aparecida Foratto Lixandrão Santos

Caruaru

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva, Maria Eduarda da.
A inclusão de estudantes com Necessidades Educacionais Específicas no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Penambuco / Maria Eduarda da Silva. - Caruaru, 2024.
52, tab.

Orientador(a): Jaqueline Aparecida Foratto Lixandrão Santos
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Matemática - Licenciatura, 2024.
Inclui referências.

1. Educação Inclusiva. 2. Ensino Superior. 3. Inclusão. 4. Acessibilidade. 5. Núcleo de Acessibilidade. I. Santos, Jaqueline Aparecida Foratto Lixandrão. (Orientação). II. Título.

510 CDD (22.ed.)

MARIA EDUARDA DA SILVA

A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS NO CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Matemática - Licenciatura do Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, na modalidade de monografia, como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em Matemática.

Aprovada em: 24/10/2024

BANCA EXAMINADORA

_____

Profª. Drª. Jaqueline Aparecida Foratto Lixandrão Santos (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

_____

Prof. Drª. Simone Moura Queiroz (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

_____

Profª. Msª. Lidiane Carvalho (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho à minha avó Amara Alice de Azevedo, que sempre sonhou em aprender a ler, mas que nunca teve a oportunidade de realizar esse desejo. Sua aspiração pela educação e o amor que dedicou a minha família continuam a me inspirar. Este trabalho é uma homenagem à sua memória e ao seu sonho não realizado.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pois Sua grandeza se manifesta em cada detalhe de nossas vidas. Sou especialmente grata pelos propósitos que Ele reserva para os seus e pelas pessoas que Ele coloca em nossos caminhos, pois sem Sua presença, nada disso seria possível. Agradeço imensamente por toda a força que Ele me concede diariamente, permitindo que eu enfrente as dificuldades e, mais ainda, por não me deixar desistir no meio da jornada.

Também agradeço à minha família, especialmente à minha mãe, que sempre me apoiou nos estudos, e nunca me abandonou, mas sempre me incentivou na busca de aprendizado. Também agradeço ao meu pai, trabalhador do campo, que sempre acreditou que eu conquistaria grandes coisas através dos estudos.

Minha gratidão se estende ao meu marido, Nadjailson, que esteve comigo desde o meu primeiro dia de aula na UFPE até hoje, foi colega de ônibus, amigo, confidente e apoiador dos meus sonhos. Nas horas de lágrimas e desespero, quando quase eu não dava conta de todas as responsabilidades e a vontade de desistir era grande, ele estava ao meu lado. Agradeço por cada gesto de carinho e por toda ajuda e companheirismo. Saiba que você foi essencial para a realização deste momento!

Agradeço de coração a todos os meus professores da Educação Básica que sempre me incentivaram e acreditaram em mim, em especial a Flávia, Cícero Vieira, Vicente Neto e Geandson, meus professores de matemática. Além de agradecer também ao meu professor receptor do Residência Pedagógica Ronald Santana, que me marcou muito com seu jeito singular e animado de dar aulas de matemática, e deixar os conteúdos um pouco mais leve. Em adição, agradeço a todos os meus professores do Ensino Superior que ampliaram meus horizontes, me desafiando a ser uma estudante e profissional cada vez melhor.

Também não posso deixar de agradecer de forma especial à minha orientadora Jaqueline Lixandrão Santos, que me apresentou à Educação Matemática Inclusiva, durante a disciplina eletiva do curso. Seus ensinamentos me deram a certeza de que eu deveria concluir meus estudos nessa área. Agradeço especialmente suas orientações, pois sem sua paciência, dedicação e instruções, eu não teria conseguido. Suas ideias e ensinamentos foram cruciais para a conclusão deste trabalho.

Por fim, agradeço a todos os meus colegas de turma e futuros colegas de profissão, que como eu, não desistiram da jornada. Em especial ao meu grupo de amigos os “Números Amigáveis” - Aurélio, Cícera, Edgar, Emerson, Jessica, Mírian, Thalita e Victor” -, vocês foram fundamentais durante todo o processo. A caminhada foi muito mais leve ao lado de vocês.

Minha gratidão também se estende à UFPE, que me proporcionou momentos inesquecíveis, incluindo o título de graduada. Através dela, tive o privilégio de conhecer professores maravilhosos, cujos ensinamentos levarei comigo para sempre. Eles são a inspiração que levarei para o meu futuro profissional.

“Não tenhas medo, que eu estou contigo. Não te assustes, que eu sou o teu Deus. Eu te dou coragem, sim, eu te ajudo. Sim, eu te seguro com minha mão vitoriosa.”
(Bíblia, Isaías, 41, 10)

RESUMO

Essa pesquisa teve por objetivo analisar ações que possam contribuir para o desenvolvimento acadêmico de graduandos com Necessidades Educacionais Específicas (NEE) do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA/UFPE). Nela abordamos a Educação Inclusiva no Brasil, a Educação Inclusiva no Ensino Superior e o acesso e permanência de estudantes com NEE no Ensino Superior. Nosso estudo se constituiu de maneira descritiva com abordagem qualitativa. Diante disso, a pesquisa foi realizada com o Núcleo de Acessibilidade e seis graduandos do CAA/UFPE que possuem deficiência e/ou NEE por meio de formulários on-line específicos para cada grupo de participantes. A análise revelou que, embora existam leis que asseguram o acesso e a permanência de estudantes com deficiência e/ou NEE no Ensino Superior, muitos graduandos ainda enfrentam sérios desafios de inclusão e dificuldades em seu desempenho acadêmico devido à falta de apoio especializado. O estudo realizado indicou ações que podem ser implementadas para melhorar o desenvolvimento acadêmico desses estudantes. Essas medidas não apenas buscam organizar o ambiente acadêmico de acordo com as necessidades dos estudantes, mas também promover uma cultura institucional mais empática, que acolha e valorize as diferenças. Ao criar um ambiente inclusivo, as Instituições de Ensino Superior favorecem não apenas o direito de acesso, mas também a oportunidade de sucesso na trajetória acadêmica para todos os alunos.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Ensino Superior; Inclusão; Acessibilidade; Núcleo De Acessibilidade.

ABSTRACT

This research aimed to analyze actions that can contribute to the academic development of undergraduates with Specific Educational Needs (SEN) at the Agreste Academic Center of the Federal University of Pernambuco (CAA/UFPE). In it we address Inclusive Education in Brazil, Inclusive Education in Higher Education and the access and retention of students with SEN in Higher Education. Our study was descriptive with a qualitative approach. Therefore, the research was carried out with the Accessibility Center and six CAA/UFPE undergraduates who have disabilities and/or SEN through specific online forms for each group of participants. The analysis revealed that, although there are laws that ensure access and retention of students with disabilities and/or SEN in Higher Education, many graduates still face serious inclusion challenges and difficulties in their academic performance due to the lack of specialized support. The study carried out indicated actions that can be implemented to improve the academic development of these students. These measures not only seek to organize the academic environment according to students' needs, but also promote a more empathetic institutional culture, which welcomes and values differences. By creating an inclusive environment, Higher Education Institutions favor not only the right of access, but also the opportunity for success in the academic trajectory for all students.

Keywords: Inclusive Education; Higher education; Inclusion; Accessibility; Accessibility Center.

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO.....**	**11**
2	**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL .....**	**14**
3	**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ENSINO SUPERIOR……**	**18**
4	**ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES COM NEE NO ENSINO SUPERIOR.....**	**26**
4.1	O QUE DIZEM ALGUMAS PESQUISAS?.....	**26**
5	**METODOLOGIA.....**	**29**
5.1	APRESENTANDO OS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	30
5.1.1	**O NACE/CAA ……**	**30**
5.1.2	**Estudantes do CAA ……**	**31**
5.2	DESCREVENDO AS ETAPAS E INSTRUMENTOS DA PESQUISA	**33**
6	**DADOS E ANÁLISE DA PESQUISA.....**	**36**
6.1	QUANTITATIVO E ESPECIFICIDADES DE ALUNOS ATENDIDOS PELO NACE/CAA.....	36
6.2	AÇÕES DESENVOLVIDAS PARA A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM NEE PELO NACE/CAA……	39
6.3	A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES COM NEE DO CAA/UFPE..	**42**
7	**CONSIDERAÇÕES FINAIS.....**	**48**
	REFERÊNCIAS……..	**51**

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Específicas (NEE) na graduação é um desafio que exige atenção e esforços específicos por parte das Instituições de Ensino Superior e os órgãos de apoio acadêmico dessas instituições desempenham papel fundamental na promoção da inclusão e suporte às pessoas com deficiências.

Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), no Art. 2º a pessoa é considerada com deficiência quando “tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. Ainda, segundo o Estatuto, Art. 2º, Parágrafo 1º, “a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar”.

O presente trabalho se justifica pelas discussões sobre a Educação Inclusiva que vem acontecendo no meio acadêmico, não só pela importância, mas pela necessidade da inclusão escolar. Essas discussões, realizadas no contexto da disciplina eletiva de Educação Matemática Inclusiva[1], aproximaram-me[2] da temática, pois, como futura profissional de educação, compreendo a relevância e a urgência de adquirir esse tipo de conhecimento.

Ademais, estudar esse tema me fez refletir sobre a igualdade de oportunidades e a justiça social, como compreender as estratégias utilizadas pela Instituição de Ensino Superior ao cumprimento das leis de ingresso e permanência dos estudantes com especificidades. A inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Específicas (NEE) não beneficia apenas esses estudantes, mas também enriquece o ambiente educacional como um todo, promovendo uma cultura de respeito e acessibilidade.

Os fatos mencionados anteriormente conduzem todo o desenvolvimento deste trabalho e direcionam o caminho para a formulação do seguinte problema de

[1] Disciplina Eletiva com carga horária de 60 horas, que como a ementa: Estudo de aspectos legislativos, pedagógicos e conceituais de pessoas com deficiências. Práticas de ensino e aprendizagem inclusiva nas aulas de matemática. O processo de avaliação na disciplina de Matemática dos estudantes com necessidades educacionais especiais.

[2] Em alguns momentos será utilizado a primeira pessoa do singular por se tratar de colocações ou percepções específicas da autora deste trabalho.

pesquisa: Quais as estratégias institucionais para a inclusão dos estudantes com NEE no CAA/UFPE?

Buscando responder tal questão, foram elaborados os objetivos que nortearam este estudo. Destacamos o geral:

- Analisar ações que possam contribuir para o desenvolvimento acadêmico de graduandos com NEE do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA/UFPE).

Visando alcançar o objetivo geral, foram traçados os específicos:

- Averiguar o quantitativo de alunos do CAA/UFPE com NEE atendidos pelo NACE-CAA e as suas especificidades;
- Investigar ações desenvolvidas para a inclusão de estudantes com NEE do CAA/UFPE;
- Investigar possíveis dificuldades de permanência no Ensino Superior para os estudantes com NEE do curso de licenciatura em Matemática e de outros cursos de graduação do CAA/UFPE.

Este trabalho está estruturado em três capítulos, intitulados: Educação Inclusiva no Brasil, Educação Inclusiva no Ensino Superior e Acesso e permanência de estudantes com NEE no Ensino Superior: o que dizem as pesquisas?

No capítulo de Educação Inclusiva no Brasil apresentamos uma breve introdução sobre a inclusão nas escolas brasileiras, além de documentos e leis que defendem os direitos das pessoas com deficiências. Em seguida, no capítulo de Educação Inclusiva no Ensino Superior, descrevemos sua importância, as iniciativas que o Estado tem tomado para oferecer acesso e permanência de pessoas com deficiência neste nível de ensino, entre outras coisas. No capítulo de Acesso e permanência de estudantes com NEE no Ensino Superior: o que dizem as pesquisas? Fazemos uma síntese sobre os estudos de alguns autores, como Manente (2007); Melo (2023); Silva (2021); Medeiros (2022); Azoni (2018); que trazem discussões sobre alguns tipos de deficiência e/ou NEE.

Já no capítulo da metodologia descrevemos o percurso metodológico adotado para a realização desse estudo e suas diferentes etapas. A partir dos objetivos, essa

pesquisa foi classificada como descritiva com uma abordagem qualitativa. Sendo realizada com dois públicos distintos: o Núcleo de Acessibilidade (NACE) e os estudantes de graduação do CAA/UFPE, ambos foram entrevistados via Google Forms. Além disso, detalhamos as questões utilizadas nos questionários e justificamos o motivo das suas escolhas para essa pesquisa.

Em conformidade com os objetivos da pesquisa, no capítulo de análise apresentamos os resultados obtidos em categorias, que são: o quantitativo e as especificidades dos alunos atendidos pelo NACE/CAA; as ações implementadas para a inclusão de estudantes com NEE; e os desafios para a permanência desses alunos no CAA/UFPE.

Os resultados indicam que apesar de haver leis e documentos que asseguram a inclusão no Ensino Superior, as ações não atingem todos os estudantes com especificidade, necessitando assim, da realização das ações efetivas que garantam acesso deste público no Ensino Superior.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

O acesso das pessoas com deficiência na sociedade é um tema complexo que envolve diversos aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos. No contexto brasileiro e global, houve avanços significativos nas últimas décadas, mas ainda existem muitos desafios a serem superados para garantir uma inclusão plena e igualitária nos diferentes contextos.

O ato de inclusão é, primordialmente, uma demonstração de cidadania e respeito pelo próximo. Incluir é reconhecer a necessidade de envolver todos os indivíduos em todos os aspectos da vida, seja profissional, educacional ou social, independentemente das diferenças que possam existir entre cada indivíduo da sociedade. Nesse contexto, a Lei 13.146/2015, reforça esse princípio ao garantir o direito à acessibilidade, à participação plena e à igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência, assegurando que todos sejam tratados com dignidade e respeito, sem discriminação.

Além disso, segundo Miranda e Segalla (2019), a compreensão da deficiência vai além de uma simples condição física ou mental, devendo ser abordada a partir de um conceito social. Nessa perspectiva, a deficiência é entendida como a combinação de duas componentes interligadas: as características individuais do corpo e as barreiras sociais e ambientais presentes no entorno. Isso significa que a deficiência de uma pessoa pode ser tanto atenuada quanto agravada dependendo da estrutura e acessibilidade oferecidas pelo ambiente em que ela está inserida.

> A deficiência tem de ser entendida através de um conceito social, ou seja, como a soma de dois fatores inseparáveis: as características individuais corpóreas mais as barreiras sócio-ambientais. Destarte, pode-se atenuar ou agravar a deficiência de alguém, por meio da estrutura ambiental e acessibilidade oferecidas. (Miranda; Segalla, 2019, s.p.)

Para que as pessoas com deficiência participem efetivamente de todos os aspectos da vida é necessário derrubar algumas barreiras de preconceitos, que foram implementadas na sociedade historicamente, e construir pontes para garantir-lhes o acesso, em condições de igualdade com as demais pessoas. A Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), ratificada no Brasil pelos Decretos 186/2008 e 6949/2009, em seu artigo 9º, afirma que:

> A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver com autonomia e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes deverão tomar as medidas apropriadas para assegurar-lhes o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação. (ONU, 2006, art. 9º)

Uma das funções essenciais do Estado é criar leis e políticas públicas que garantam o acesso e as oportunidades para as pessoas com deficiência. Essas são fundamentais para promover a igualdade de direitos e oportunidades, bem como para combater a discriminação e garantir a inclusão plena dessas pessoas na sociedade, que se fundamenta nos princípios de Direitos Humanos e Igualdade.

Por meio da legislação, o Estado estabelece normas e diretrizes que orientam ações e programas voltados para a promoção da acessibilidade, educação inclusiva, emprego, saúde, transporte acessível, entre outros aspectos relevantes para as pessoas com deficiência. Além disso, o Estado também pode criar incentivos e mecanismos de fiscalização para garantir o cumprimento das leis e políticas em vigor.

Outrossim, para promover a inclusão de pessoas com deficiência e necessidades específicas foram criadas leis e políticas públicas no Brasil, sendo as principais:

- Constituição Federal (Brasil, 1988): que estabelece a educação como um direito de todos e um dever do Estado, sem discriminação de qualquer natureza. Isso inclui o direito à educação inclusiva para pessoas com deficiência.
- Declaração de Salamanca (1994): que dispõe sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais (UNESCO, 1994). Esta declaração enfatiza que a educação deve ser acessível a todos, independentemente de suas diferenças, e que as instituições educacionais devem se esforçar para atender às necessidades de todos os alunos, especialmente aqueles com especificidades.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei nº 9.394/1996 - Brasil): estabelece as diretrizes e bases da educação nacional no Brasil. Ela prevê a educação inclusiva como um dos princípios fundamentais do sistema

educacional brasileiro e define as diretrizes para sua implementação (Brasil, 1996).

- Decreto nº 3.956 (Brasil, 2001), mais conhecido como a Convenção de Guatemala, tem como objetivo assegurar que as pessoas com deficiência sejam protegidas contra qualquer forma de discriminação e que possam exercer plenamente seus direitos e liberdades fundamentais, em igualdade de condições com as demais pessoas. A convenção enfatiza a necessidade de promover a inclusão e a participação plena das pessoas com deficiência em todos os âmbitos da vida, incluindo a educação.
- Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015 - Brasil): conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, essa lei estabelece direitos e garantias para as pessoas com deficiência em todos os aspectos da vida, incluindo a educação. Também reforça a necessidade de garantir o acesso, a permanência e o sucesso escolar das pessoas com deficiência na escola regular (Brasil, 2015).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) estabelece que é dever do Estado assegurar à pessoa com deficiência o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais, garantindo-lhes o acesso à educação, ao trabalho, ao lazer, à saúde, à previdência social, entre outros direitos. Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) reforça essas garantias, estabelecendo medidas específicas para promover a inclusão e a acessibilidade em diversos aspectos da vida social, inclusive na educação (Brasil, 2015).

A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), adotada em 1994 durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada em Salamanca, Espanha, é um marco importante para a promoção da inclusão educacional em todos os níveis, incluindo o Ensino Superior. A referida Declaração influenciou a formulação de políticas educacionais em vários países, promovendo um movimento global em direção à inclusão. Ela serviu como base para o desenvolvimento de normas e diretrizes que visam garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, respeitando suas individualidades e promovendo a equidade no sistema educacional.

A LDB (Brasil, 1996) estabelece princípios fundamentais para a educação inclusiva, inclusive no ensino superior no Brasil, promovendo o acesso igualitário e a permanência de estudantes com necessidades educacionais especiais. Esta lei

enfatiza a importância de garantir a formação de profissionais capacitados, a criação de políticas públicas inclusivas e a adequação das instituições de ensino para atender à diversidade. Além disso, destaca a necessidade de promover um ambiente educacional que valorize a equidade, respeitando as especificidades de cada aluno. A LDB, portanto, serve como um alicerce legal e normativo para a construção de uma educação superior mais inclusiva e acessível.

Assim como a Constituição Federal Brasileira de 1988 e a Declaração de Salamanca, a Convenção da Guatemala reforça o compromisso dos países signatários com a promoção de uma educação inclusiva. Ela contribui para a formulação de políticas públicas que garantam acesso e equidade no sistema educacional, fortalecendo a inclusão de pessoas com deficiência em escolas regulares, adaptando os ambientes escolares para atender às necessidades especiais e combatendo práticas discriminatórias.

Essa abordagem visa criar um ambiente escolar onde todos os alunos possam acessar e permanecer, eliminando os métodos de seleção e discriminação anteriormente empregados. Em vez disso, prioriza a identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem, garantindo que cada aluno receba o suporte necessário para seu pleno desenvolvimento acadêmico e pessoal. Desse modo, passou-se a discutir a Educação Inclusiva que trataremos no próximo capítulo.

.

3 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ENSINO SUPERIOR

A Educação Inclusiva é um modelo educacional que visa incluir todos os indivíduos no processo de ensino, garantindo que, independentemente de suas características pessoais, talentos, deficiências, origens étnicas, culturais ou socioeconômicas, todos tenham acesso igualitário à educação de qualidade. Esse modelo reflete um compromisso em promover a igualdade de oportunidades, assegurando que as necessidades de cada aluno sejam atendidas em ambientes educacionais provedores, onde todas as necessidades dos alunos são atendidas (Stainback; Stainback, 1999, p. 21).

A Educação Inclusiva não se limita à sala de aula, ela é uma abordagem que busca transformar a sociedade como um todo, promovendo a inclusão em todos os aspectos da vida. Ela não apenas atende aos princípios de equidade e direitos humanos, mas também enriquece a sociedade ao considerar e aproveitar o potencial de todos os indivíduos, independentemente de suas diferenças, como é citado na Declaração de Salamanca:

> Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando a Educação para todos. (UNESCO, 1994, p. 1)

A escola inclusiva, onde alunos com e sem deficiência compartilham a mesma sala de aula e recebem toda a estrutura física, tecnológica, material e humana necessária para atender às necessidades específicas, promove o desenvolvimento humano e os preparam para o exercício da cidadania. Isso beneficia não apenas os alunos com especificidades, mas todos os estudantes.

No contexto da educação inclusiva, é fundamental compreender as complexidades das deficiências e seu impacto no processo educacional. Tais condições podem resultar em necessidades específicas que demandam abordagens diferenciadas para garantir a participação plena e igualitária de todos os alunos. De acordo com Ferreira (2007):

> As deficiências e as doenças são condições, definitivas ou transitórias, que implicam em determinadas necessidades, que são

> chamadas de especiais – NE - se não forem compartilhadas pela maioria das pessoas. Caso essas necessidades especiais não possam ser atendidas pelos meios tradicionais de ensino, por demandarem uma série de recursos e estratégias de caráter mais especializado por parte da instituição, elas passam a denominar-se de necessidades educacionais especiais. (Ferreira, 2007, p. 44)

Portanto, é fundamental que as instituições educacionais estejam preparadas para identificar, compreender e atender às necessidades individuais dos alunos, garantindo assim que todos tenham acesso a uma educação inclusiva e equitativa. Essa abordagem não apenas promove a igualdade de oportunidades, mas também enriquece o ambiente educacional ao valorizar a diversidade e o potencial de cada aluno.

Segundo as Leis de Diretrizes e Base da Educação Brasileira, Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

> I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
> II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
> III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
> IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
> V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
> VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
> VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

O Ensino Superior pode ser uma verdadeira alavanca de mudança na vida de uma pessoa. Ao oferecer oportunidades de crescimento pessoal e profissional, possibilita o desenvolvimento de habilidades técnicas e conhecimentos específicos em determinadas áreas de estudo. Essa formação pode abrir portas para

oportunidades de emprego e ascensão na carreira. Em termos financeiros, profissionais com formação universitária tendem a ter salários mais elevados ao longo de suas carreiras. Essa maior remuneração pode proporcionar uma maior estabilidade e qualidade de vida tanto para o indivíduo quanto para sua família.

Além disso, o ambiente acadêmico muitas vezes promove uma ampliação do horizonte cultural e intelectual do indivíduo, pois visa promover reflexões críticas sobre questões sociais, políticas e éticas, contribuindo para uma maior consciência de mundo e capacidade de participação consciente na sociedade.

Como mencionado, o direito à educação do Ensino Superior no Brasil é garantido a todos os cidadãos brasileiros conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988, e estrangeiros residentes no país também têm direito à educação superior, desde que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino. Ademais, o Estado tem o dever de oferecer educação superior gratuita em instituições públicas, além de promover políticas de inclusão e acesso em todas as instituições de Ensino Superior (Brasil, 1988).

Assim, a fim de garantir o respeito aos três direitos humanos fundamentais de educação, igualdade de oportunidades e participação social, conforme indicado por Pacheco e Costas (2006), é essencial proporcionar condições adequadas para as pessoas com necessidades especiais desde a Educação Básica até o Ensino Superior.

O movimento em prol da Educação Inclusiva ganhou força no Brasil durante os anos de 1980 e, mais especificamente, na década de 1990, como é discutido por Bezerra e Antero (2020). Foi nesse contexto que surgiram oportunidades de acesso à educação regular para pessoas com deficiência. Paralelamente, a inclusão dessas pessoas na Educação Superior no Brasil passou a ser debatida. Hoje em dia, discute-se políticas de inclusão que visam ampliar o acesso às matrículas na Educação Superior. No entanto, um dos principais desafios enfrentados reside nas questões de acessibilidade física e metodológica, bem como na garantia de um ensino de alta qualidade que assegura a permanência dessas pessoas nas Instituições de Ensino Superior (IES).

A Educação Inclusiva no Ensino Superior representa uma extensão dos ideais de inclusão que ganharam destaque nos sistemas educacionais de níveis básico e secundário. Ela desafia as instituições a se adaptarem às necessidades dos

estudantes em constante evolução e a criar um espaço onde todos tenham a oportunidade de atingir o seu máximo potencial.

A Educação Inclusiva pressupõe a acessibilidade e a valorização da diversidade, buscando garantir a participação e o aprendizado de todos os alunos, independentemente de suas características e necessidades. A inclusão preconiza ambientes educacionais que atendem à heterogeneidade dos estudantes. Para que um ambiente seja considerado acessível, ele deve seguir as novas normas de acessibilidade, que de acordo com o NAPNE[3] são:

> - Acessibilidade Arquitetônica: sem barreiras ambientais físicas nos espaços escolares.
> - Acessibilidade Comunicacional: sem barreiras na comunicação interpessoal, escrita e digital.
> - Acessibilidade Metodológica: sem barreiras nos métodos e técnicas de ensino/aprendizagem.
> - Acessibilidade Instrumental: sem barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas utilizados no processo de ensino/aprendizagem.
> - Acessibilidade Programática: total transparência institucional na formulação de normas e regulamentos.
> - Acessibilidade Atitudinal: sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações nas pessoas em geral. (Souza, 2022, p. 14)

De acordo com o exposto, a inclusão no Ensino Superior aborda diversas dimensões, como questões de acessibilidade física, práticas, tecnológicas e até mais amplas, como culturais e políticas. Essa abordagem abrangente é fundamental para garantir que a inclusão seja efetiva e que as pessoas com deficiência tenham igualdade de oportunidades no Ensino Superior, tal como destacaram Siqueira e Santana (2010):

> A inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior tem que estar voltada para os aspectos que dizem respeito a tudo aquilo que envolve o sujeito em suas relações cotidianas. E esta não pode ser pensada a partir de ações isoladas, mas precisa congregar ações com vistas à aquisição de produtos e tecnologias; ações voltadas às atitudes sociais e para as políticas de inclusão de ingresso e permanência das pessoas com deficiência, assim como relativas ao apoio que as instituições de ensino necessitam tais como no âmbito das pesquisas que desenvolvem, no financiamento da infraestrutura voltadas à formação e para o ensino, entre outros. (Siqueira; Santana, 2010, p. 135)

[3] O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) foi criado no Instituto Federal de Alagoas-IFAL com a finalidade de incentivar, mediar e facilitar o processo de ensino e aprendizagem de alunos com Necessidades Educacionais Específicas.

Segundo as autoras, a inclusão deve considerar todos os aspectos que afetam a vida diária da pessoa com deficiência, em quatro âmbitos, o primeiro, sobre produtos e tecnologias, isso se refere à necessidade de fornecer recursos e tecnologias assistivas que auxiliem os alunos com deficiência em sua educação. Também pode incluir equipamentos, softwares e dispositivos que tornam o ambiente esportivo mais acessível. O segundo, sobre as atitudes sociais, que envolvem mudanças nas atitudes sociais em relação às referidas pessoas. Isso significa combater estereótipos, preconceitos e estigmas que podem limitar a participação plena dessas pessoas na sociedade.

O terceiro, refere-se às políticas de inclusão, que facilitam a entrada e a permanência de pessoas com deficiência no Ensino Superior, envolve a criação de políticas inclusivas que abrangem questões como admissão, acessibilidade, suporte acadêmico e muito mais. O quarto, mas não menos importante, o apoio institucional, que destaca a necessidade de as instituições de Ensino Superior fornecerem suporte adequado. Isso pode incluir investimentos em infraestrutura acessível, financeiro para pesquisas relacionadas à inclusão, programas de capacitação para professores e funcionários, entre outras ações.

Siqueira e Santana (2010), também destacam que, ao longo das últimas décadas, houve avanços recentes na promoção dos direitos educacionais das pessoas com deficiência, mas destacam que ainda existe uma grande disparidade entre o que está previsto na legislação e a efetivação do acesso e permanência desses alunos, especialmente no Ensino Superior.

> Embora sejam notórios os avanços em relação às últimas décadas no que diz respeito aos direitos educacionais da pessoa com deficiência, ainda existe uma grande lacuna entre as diretrizes legais existentes e a efetivação do acesso e permanência dos alunos com necessidades educativas especiais, principalmente na educação superior. (Siqueira; Santana, 2010, p. 135)

Essa lacuna entre as diretrizes legais e a prática real destaca desafios persistentes que precisam ser superados para garantir uma Educação Inclusiva de alta qualidade para todas as pessoas, independentemente de suas diferenças e necessidades. Alguns dos principais desafios que estão afastados para essa lacuna podem incluir: acessibilidade física e digital; formação de professores;

acomodações e apoio personalizado; conscientização e atitudes sociais; recursos financeiros e políticas institucionais.

Para efetivar a inclusão, as NEE do indivíduo devem ser atendidas em toda a sua trajetória escolar - acesso, ingresso, permanência e saída. Carvalho (1999) diz que acesso se refere à trajetória acadêmica que antecede o terceiro grau; ingresso refere-se ao “rito de passagem” pelos exames de vestibular e permanência refere-se à continuidade dos estudos.

Para promover a Educação Inclusiva no Ensino Superior no contexto brasileiro, algumas iniciativas incluem, leis de cotas, leis de acessibilidade e programas de apoio. A título de exemplo de lei de cotas, tem-se a Lei nº 13.409/2016 sancionada em 2016, que garante a inclusão de pessoas com deficiência no sistema federal de ensino, especialmente no acesso às Instituições de Ensino Superior. Essa lei estabelece que pessoas com deficiência têm direito a um atendimento especializado, além de prever a reserva de vagas específicas nos processos seletivos, como parte das políticas de cotas.

O quantitativo de vagas destinadas a estudantes com deficiência que desejam cursar o ensino público deve ser proporcional à população de pessoas com deficiência em cada unidade da federação, conforme os dados do censo do IBGE. Essa diretriz garante que as vagas sejam distribuídas de maneira equitativa, levando em conta as realidades regionais. Dessa forma, promove-se a inclusão de forma equilibrada e contextualizada, respeitando as diferenças demográficas entre os estados brasileiros.

> Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (NR) (Brasil, 2016)

Essa política tem o objetivo de ampliar o acesso à educação superior para grupos historicamente excluídos e garantir que as universidades estejam preparadas para oferecer suporte adequado às necessidades desses estudantes, contribuindo

para a igualdade de oportunidades e para a promoção da diversidade no ambiente acadêmico.

Já a Lei nº 13.146/2015, de 6 de julho de 2015 conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), assegura que pessoas com deficiência tenham direito à educação em todos os níveis, incluindo o ensino superior. Ela garante o acesso igualitário a universidades públicas e privadas, com a implementação de medidas de acessibilidade e adaptações necessárias para promover a inclusão.

No que diz respeito à acessibilidade, a lei determina que ambientes públicos e privados, serviços de transporte, comunicação e informações devem ser acessíveis a todos. Isso inclui adaptações físicas em edifícios, vias públicas, e transportes, além de garantir que informações estejam disponíveis em formatos acessíveis, como braille, legendas e Libras. O objetivo é remover barreiras que impedem a plena participação das pessoas com deficiência na sociedade.

As instituições de ensino superior devem eliminar barreiras arquitetônicas, atitudinais e comunicacionais, oferecendo recursos como intérpretes de Libras, material didático acessível, tecnologia assistiva e adaptações curriculares, quando necessário. Além disso, a lei incentiva a capacitação dos profissionais de educação para lidar com as diversas necessidades dos estudantes com deficiência.

O objetivo central é garantir que pessoas com deficiência tenham igualdade de oportunidades no ambiente universitário, podendo exercer seu direito à educação plena, sem discriminação, em um espaço inclusivo e adaptado às suas necessidades.

Segundo Silva (2021), a democratização do ensino superior, nos últimos anos, tem colaborado para a inserção de estudantes que se autodeclaram pessoas com deficiência nas instituições. No entanto, a realidade desses estudantes ainda é marcada por desafios significativos, tanto no processo de acesso quanto na permanência no ambiente universitário.

Em resposta a essas dificuldades, foi criado em 2005 o Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior (Brasil, 2020). Este programa visa financiar projetos que promovam a acessibilidade e a permanência de estudantes com deficiência nas instituições federais de ensino superior. Além de apoiar a inclusão desses alunos, o Programa Incluir também foca na criação e consolidação dos Núcleos de Acessibilidade (Brasil, 2020). Esses núcleos desempenham um papel

crucial na implementação de políticas de acessibilidade, oferecendo suporte e adaptando o ambiente acadêmico às necessidades específicas desses estudantes.

Em suma, a Educação Inclusiva no Ensino Superior é uma questão multifacetada que requer uma abordagem abrangente para garantir que todos os estudantes, independentemente de suas necessidades, possam acessar e permanecer no ambiente acadêmico. Diversos tipos de acessibilidade são fundamentais nesse contexto, incluindo a acessibilidade arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal, como já mencionadas. Além disso, no Brasil há leis que asseguram o direito à educação superior para todos, exigindo das instituições o comprometimento em promover políticas de inclusão e a adaptação de seus ambientes e metodologias de ensino para atender as especificidades.

Para que a inclusão seja efetiva, o apoio institucional é crucial. As universidades e instituições de ensino superior devem adotar medidas concretas que vão além do cumprimento das legislações, como a criação de Núcleos de Acessibilidade e a formação contínua de docentes e servidores. Essas ações são essenciais para que se concretize um ensino de qualidade, que respeite e atenda as necessidades de todos os estudantes, promovendo um espaço de aprendizagem que valorize a diferença. Assim, a inclusão no Ensino Superior representa não apenas um direito, mas uma oportunidade de construir uma sociedade mais justa e equitativa, onde cada indivíduo possa contribuir com seu potencial único para a coletividade.

4 ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES COM NEE NO ENSINO SUPERIOR

Nesse tópico abordaremos algumas pesquisas que tratam da inclusão de pessoas com NEE no Ensino Superior, em casos de deficiência auditiva e visual, autismo, TDAH e dislexia. A inclusão de discentes exige não apenas o acesso, mas também a permanência, o que requer um olhar atento às suas necessidades específicas e à organização do ambiente acadêmico para garantir equidade de oportunidades. Ao longo desse capítulo, exploraremos as barreiras enfrentadas por esses grupos e os fatores que favorecem sua inclusão.

4.1 O QUE DIZEM ALGUMAS PESQUISAS?

Segundo Manente (2007), fatores diferenciais relacionados o acesso ao Ensino Superior de estudantes com deficiência auditiva perpassa pelo processo de inclusão ao longo de todo o percurso escolar, no entanto, destaca que dentre as maiores dificuldades desses estudantes é se manter nele, além da falta de apoio da família e dos professores, falta de orientação dos profissionais da saúde, insegurança de não conseguir acompanhar o curso e falta de acesso a tecnologias adequadas. Por outro lado, os aspectos favorecedores foram ter tido sucesso na vida escolar anterior, ajuda da família, atenção e apoio dos professores e apoio dos colegas de classe.

Conforme Melo (2023), apesar da escassez de estudos do processo de entrada e permanência dos estudantes autistas no Ensino Superior, conclui-se que o acesso desses discentes ainda é incipiente, tendo como barreiras para a permanência as características que são próprias do autismo, a falta de informação da comunidade acadêmica e a falta de formação docente para trabalhar com a diferença. Quanto aos fatores que favorecem a inclusão, destacam-se os Núcleos de Acessibilidade como essenciais para o ingresso e a conclusão do curso por estudantes com deficiência, a atuação dos monitores e a divulgação de informações sobre o autismo.

Como observado por Silva (2021), o ingresso no Ensino Superior para as pessoas com deficiência visual foi regulamentado, todavia, nota-se a necessidade de investimentos que promovam a inclusão educacional desses estudantes, como

espaços físicos adequados, recursos materiais, audiovisuais e informacionais, e também, cursos para atualização de todos os docentes, para garantir a permanência desses discente no ambiente universitário e efetivar a inclusão. Apesar das dificuldades e obstáculos enfrentados, muitos desses estudantes conseguem concluir seus estudos, o que tem impulsionado transformações significativas nas instituições de ensino.

Para Medeiros (2022), os desafios enfrentados pelos estudantes com TDAH na universidade são resultado de dificuldades ao longo da vida acadêmica, como desatenção, falta de habilidades organizacionais e de foco, privação da autonomia, além de fatores internos e externos. As perspectivas de superação estão ligadas às estratégias adotadas, que incluem técnicas de estudo como a divisão de tarefas, organização de cronogramas, gerenciamento do tempo e planejamento. Além disso, a universidade precisa incentivar e ofertar atividades que objetivam o crescimento e fortalecimento do vínculo dos discentes com TDAH, como a criação de projetos de ensino, pesquisa e extensão que trabalhem a temática ou que busquem a inserção desses estudantes no tripé acadêmico. Ademais, é necessário atendimento especializado com profissionais qualificados como psicólogos e pedagogos, visando o apoio e permanência desses discentes na graduação.

De acordo com Azoni (2018), o ingresso de estudantes com dislexia no ensino superior requer reflexões quanto a ações e ao aprofundamento sobre a temática em meio às discussões da educação. A sua pesquisa demonstrou que, para garantir a permanência e a conclusão dos cursos de maneira igualitária, justa e inclusiva, é essencial a atuação efetiva dos núcleos de acessibilidade. Esses núcleos precisam acompanhar de perto os estudantes e contribuir para a formação do corpo docente, além de orientar toda a comunidade acadêmica, incluindo os demais estudantes. O objetivo é promover mudanças nos paradigmas e práticas educacionais, com foco no respeito às diferenças, especificidades e necessidades individuais.

Em suma, cada grupo enfrenta desafios coletivos e específicos para ingressar e permanecer nesse nível de ensino, seja pela falta de apoio familiar e escolar, pela falta de recursos e infraestrutura adequados, ou pela carência de formação do corpo docente. No entanto, estudos apresentados apontam que o sucesso acadêmico desses estudantes pode ser favorecido por ações como a atuação dos Núcleos de Acessibilidade, o apoio de monitores e a utilização de tecnologias assistivas. Além

disso, práticas inclusivas, como a adaptação dos espaços e a conscientização da comunidade acadêmica, são essenciais para a construção de um ambiente que valorize a diferença e respeite as particularidades de cada discente.

5 METODOLOGIA

As instituições de ensino são responsáveis pelo acesso e suporte para a permanência de todos os estudantes, mas infelizmente, há poucos estudos com foco na inclusão nas instituições de Ensino Superior. Diante dessa questão, propomos esta pesquisa, que tem como objetivo principal analisar ações que possam contribuir para o desenvolvimento acadêmico de graduandos com NEE do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA/UFPE).

Esta pesquisa, conforme seus objetivos, pode ser classificada como descritiva, com abordagem qualitativa. No que se refere à tipologia como método de pesquisa, Mattos (2011, p. 34) afirma que “na pesquisa qualitativa, geralmente, utilizam-se recursos como: entrevistas (com perguntas abertas e fechadas), história de vida, entrevista oral, estudo pessoal, mapas mentais, estudos observacionais, observação participante ou não”. Em outras palavras, a pesquisa qualitativa preocupa-se com a compreensão de fenômenos sociais, culturais e comportamentais.

Com relação à abordagem descritiva, Gil (2008) destaca que o objetivo das pesquisas descritivas é:

> [...] a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. Serão inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas estão na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistêmica. (Gil, 2008, p.28)

Assim, com base na referida abordagem, desenvolvemos a pesquisa que foi desenvolvida junto ao Núcleo de Acessibilidade (NACE) e com seis estudantes de cursos de graduação do CAA/UFPE. Para tanto a pesquisa foi organizada da seguinte forma:

1. Elaboração do questionário destinado ao NACE;
2. Solicitação de carta de anuência para a secretaria do Campus Acadêmico do Agreste;
3. Envio do formulário e da carta de anuência via e-mail ao NACE;
4. Elaboração do questionário destinado aos estudantes;

5. Envio do formulário para os estudantes via WhatsApp nos grupos de Matemática-Licenciatura e no grupo dos Diretórios Acadêmicos de cursos de graduação da UFPE/CAA.

Optou-se pelo desenvolvimento de questionários, uma vez que, segundo Gil (2008, p. 121), é uma técnica de investigação que tem “com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc.”.

5.1 APRESENTANDO OS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Como já mencionado, a pesquisa foi organizada em duas etapas, sendo a primeira desenvolvida com o Núcleo de Acessibilidade (NACE) da UFPE e outra com estudantes de cursos de graduação do CAA.

5.1.1 O NACE/CAA

O referido núcleo é estruturado para promover e coordenar ações voltadas à acessibilidade e inclusão educacional em toda a universidade. A composição do NACE inclui uma Coordenação Geral, que é responsável por gerenciar de forma ampla as políticas e práticas de acessibilidade no campus sede, em Recife, e também Coordenações Setoriais de Acessibilidade, que atuam localmente nos outros campi da instituição.

Para garantir que as iniciativas de acessibilidade alcancem todos os campi da UFPE, foram criados os Núcleos Setoriais de Acessibilidade nos campi do Agreste (CAA) e de Vitória (CAV). Esses núcleos têm como objetivo principal descentralizar os serviços e atendimentos relacionados à acessibilidade, levando suporte direto e contínuo aos alunos, professores e demais membros da comunidade acadêmica que se encontram nessas localidades.

De acordo com o site oficial da UFPE, o NACE tem como objetivos:

- Promover a inclusão, a permanência e o acompanhamento de pessoas com deficiência e necessidades específicas, nos diversos níveis de ensino oferecidos por esta instituição, garantindo condições de acessibilidade na UFPE;

- Articular-se intersetorialmente frente às diferentes ações já executadas na UFPE, assim como na promoção de novas ações voltadas às questões de acessibilidade e inclusão educacional, nos eixos da infraestrutura; comunicação e informação; ensino, pesquisa e extensão;
- Oferecer Atendimento Educacional Especializado (AEE), a partir de uma equipe multidisciplinar, voltado para seu público-alvo;
- Constituir parcerias com entidades governamentais e sociedade civil organizada, cujos objetivos tenham relações diretas com as finalidades do NACE/UFPE. (UFPE, 2024)

O Núcleo Setorial de Acessibilidade do CAA tem como objetivo apoiar e promover a acessibilidade para estudantes e servidores (docentes e técnico-administrativos em educação) com deficiência e/ou Necessidades Específicas (NE) no Centro Acadêmico do Agreste. Seu público-alvo inclui pessoas com deficiência auditiva, visual, física, intelectual ou múltipla; indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA); mobilidade reduzida; Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH); transtornos específicos de aprendizagem; além de pessoas com altas habilidades/superdotação (UFPE, 2024).

A equipe do núcleo é composta por uma Coordenadora Setorial, dois Tradutores e Intérpretes de Libras (sendo que um deles está afastado para cursar doutorado), um Assistente em Administração, um Administrador e uma Assistente Social. (UFPE, 2024).

5.1.2 Estudantes do CAA

A outra etapa da pesquisa foi desenvolvida com seis estudantes de diferentes cursos da UFPE que possuem alguma especificidade, sendo que nem todos são atendidos pelo NACE/CAA.

A fim de respeitar os critérios de integridade da pesquisa, representamos os participantes de forma numérica (E1, E2, E3, E4...), pois de acordo com Paiva (2005, p.56) “o importante, ainda, do ponto de vista ético, é que o anonimato do participante seja garantido de forma a evitar que ele sofra qualquer consequência advinda dos resultados da pesquisa”.

O quadro 1 aborda os participantes e seus respectivos períodos, cursos e especificidades. Sendo distribuídos entre os cursos de Licenciatura em Matemática,

Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia (BICT) e Licenciatura em Física que se propuseram a responder o questionário.

Quadro 1- Estudantes e características dos participantes da pesquisa

Estudantes	Gênero	Curso	Período	Especificidade
E1	Masculino	Matemática	7º	TDAH
E2	Masculino	BICT	3º	Síndrome de Fahr
E3	Feminino	-	2º	TDAH, Transtorno de Ansiedade, Baixa visão
E4	Feminino	Física	5º	TDAH, Transtorno de Ansiedade
E5	Masculino	BICT	5º	Autismo e Deficiência Intelectual baixa
E6	Masculino	BICT	1º	Autismo

Fonte: Dados da pesquisa. (2024).

Observa-se que a maioria dos estudantes que participaram da pesquisa são do sexo masculino. Esses graduandos estão distribuídos entre os cursos de Licenciatura em Matemática, Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia (BICT) e Licenciatura em Física. Eles estão matriculados em diferentes períodos acadêmicos, abrangendo desde o primeiro até o sétimo semestre de seus respectivos cursos, o que oferece uma visão ampla e diversificada das experiências ao longo do processo formativo.

Além disso, os estudantes que contribuíram para a pesquisa apresentam uma variedade de condições que demandam atenção especial no contexto educacional inclusivo. Entre essas especificidades estão o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH)[4], a Síndrome de Fahr[5], Transtornos de Ansiedade[6], baixa

[4] O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é um transtorno neurológico que interfere na atenção, no controle da impulsividade e na organização.
[5] A Síndrome de Fahr é uma doença neurológica rara que afeta o sistema nervoso central. Ela é caracterizada pela calcificação anormal de regiões cerebrais, causando uma série de sintomas. Alguns dos sintomas mais comuns incluem: Problemas de memória e cognição, dificuldades motoras, tremores, convulsões, movimentos involuntários e alterações de humor.
[6] O transtorno de ansiedade é uma condição psicológica caracterizada por preocupação excessiva, medo intenso ou constante e sintomas físicos, como taquicardia e tensão muscular, que interferem na vida diária.

visão[7], Deficiência Intelectual[8] e o Transtorno do Espectro Autista (TEA)[9]. Essas características reforçam a importância de uma abordagem pedagógica adaptada às necessidades individuais, visando promover a acessibilidade e a inclusão no ambiente acadêmico para que todos possam ter condições equitativas de aprendizado e desenvolvimento pessoal.

5.2 DESCREVENDO AS ETAPAS E INSTRUMENTOS DA PESQUISA

A partir da sua organização, a pesquisa foi realizada em duas etapas com dois grupos distintos, sendo o primeiro o NACE/CAA, e o segundo grupo os estudantes da UFPE-CAA com NEE, que são ou não atendidos pelo NACE.

Dessa forma, enviamos via Google Forms os questionários específicos para os referidos grupos.

O formulário que foi destinado ao NACE, foi desenvolvido com 14 perguntas, que foram elaboradas e selecionadas no intuito de entender como funciona o acesso e suporte do Núcleo de Acessibilidade, tanto para os alunos como para os professores e coordenadores dos estudantes com especificidades. As perguntas foram as seguintes:

Quadro 2- Formulário da pesquisa para ao NACE

1. Qual a quantidade de estudantes matriculados na UFPE-CAA com Necessidades Educacionais Específicas?
2. Como é obtido esse quantitativo? É através dos alunos que se apresentam ou de outra maneira?
3. Todos esses estudantes apresentam laudo médico?
4. Quais as especificidades desses estudantes?
5. Existe um núcleo de apoio específico para esses estudantes?
6. Quais ações a universidade desenvolve para a inclusão desses estudantes?

[7] Baixa visão é uma condição em que a capacidade visual é reduzida, mesmo com o uso de óculos ou lentes corretivas, dificultando atividades do dia a dia, mas sem caracterizar cegueira total.
[8] A deficiência intelectual é uma condição caracterizada por limitações no funcionamento intelectual e nas habilidades adaptativas, como comunicação, aprendizado e independência, que afetam a vida diária. As limitações variam, podendo incluir dificuldades em resolver problemas, entender conceitos abstratos e realizar tarefas cotidianas de forma autônoma.
[9] O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurológica que afeta a comunicação, interação social e comportamento. Suas limitações podem incluir dificuldades na socialização, comunicação, compreensão de regras abstratas e adaptação a mudanças.

7. Os coordenadores de cada curso têm acesso a essas informações?
8. Os professores de cada curso têm acesso a essas informações?
9. Os professores recebem identificação de quais alunos necessitam de uma atenção educacional especializada? Como isso é feito?
10. Os professores recebem material de apoio ou formação educacional para trabalhar com os alunos com essas necessidades educacionais específicas?
11. Qual a taxa de conclusão de curso dos alunos com necessidades educacionais específicas?
12. Qual a taxa de desistência ou trancamento de curso dos alunos com necessidades educacionais específicas? Essa taxa está ligada diretamente com as necessidades dos estudantes?
13. Quais as dificuldades de permanência dos estudantes com NEE no Ensino Superior?
14. Quais ações vocês gostariam de desenvolver para a inclusão desses estudantes e não conseguiram? E porque não conseguiram?

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

O segundo questionário da pesquisa, destinado para os estudantes com especificidades, continha nove perguntas, sendo estas organizadas em três blocos. No quadro 3 será apresentado a finalidade de cada bloco, assim como as perguntas realizadas.

Quadro 3- Formulário para a pesquisa com os estudantes

Bloco	Perguntas	Finalidade
Bloco 1	1. Gênero 2. Você é estudante de qual curso? Em qual período está? 3. Qual a sua Deficiência, Transtorno global do desenvolvimento ou Necessidade Específica?	Caracterizar os estudantes com especificidades
Bloco 2	4. Você é atendido pelo NACE (Núcleo de Acessibilidade)? 5. Se sim, quais ações são desenvolvidas com você? 6. Você possui dificuldades quanto aos aspectos pedagógicos, arquitetônicos, instrumentais, ou outros? 7. Caso sim, descreva quais são essas dificuldades. 8. Há alguma ação que você acredita que pode contribuir para o seu desenvolvimento acadêmico no Ensino Superior tendo em vista as suas especificidades?	Identificar se esses estudantes são atendidos pelo NACE e quais as suas dificuldades de permanência na UFPE-CAA.
Bloco 3	9. Caso você queira registrar algo mais, esse é o espaço.	Proporcionar um espaço aberto para que os estudantes possam compartilhar

		experiências ou deixar observações..

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

O questionário para o NACE foi enviado via e-mail e obteve resposta apenas do núcleo. Enquanto o questionário voltado para os graduandos com especificidades foi enviado para os grupos do whatsApp dos diretórios acadêmicos por um período de uma semana (23/09/2024 à 30/09/2024), mas apenas seis pessoas responderam.

6 DADOS E ANÁLISE DA PESQUISA

Os dados da pesquisa foram organizados em três categorias de análise. A primeira abrange o quantitativo e as especificidades dos alunos atendidos pelo NACE/CAA; a segunda explora as ações desenvolvidas para promover a inclusão de estudantes com NEE por meio do NACE/CAA e por último, a terceira analisa os desafios enfrentados por esses alunos para garantir sua permanência no CAA/UFPE.

6.1 QUANTITATIVO E ESPECIFICIDADES DE ALUNOS ATENDIDOS PELO NACE/CAA

Nesta categoria apresentamos respostas do questionário destinado ao NACE/CAA a respeito do quantitativo dos alunos com deficiências e/ou especificidades que são atendidos pelo Núcleo. As perguntas e respostas foram as seguintes:

Quadro 4- Perguntas e respostas sobre quantitativo dos alunos com deficiências e/ou especificidades

Questão	Respostas
1 Qual a quantidade de estudantes matriculados na UFPE-CAA com Necessidades Educacionais Específicas?	[...] em agosto de 2024, o campus de Caruaru da UFPE contava com 67 estudantes autodeclarados com deficiência e/ou outras necessidades específicas.
2 Como é obtido esse quantitativo? É através dos alunos que se apresentam ou de outra maneira?	Para aparecerem na lista de NEE, os discentes precisam ter se autodeclarado no sig@, se autodeclarado no SIGAA ou pedido apoio ao NACE/CAA através do sistema. Caso não façam nenhum desses movimentos, serão de difícil identificação pelo setor (ao menos que tenham entrado por cotas). Isso significa que os indicadores não representam PRECISAMENTE o universo de estudantes com NEE do campus. Igualmente difícil é o levantamento EXATO de estudantes (com NEE) ingressantes na universidade, por dois motivos: (1) Nem toda pessoa com deficiência entra por cotas, conforme critérios definidos na Lei nº 12.711/2012; e (2) Nem toda pessoa com NEE é pessoa com deficiência.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Os dados representados no quadro anterior indicam que, em agosto de 2024, segundo o relatório emitido pelo SIGAA da UFPE, existem no campus Caruaru 67

estudantes autodeclarados como tendo deficiência e/ou outras necessidades específicas. Segundo o NACE, esse público declara possuir deficiência nas áreas auditiva, visual, física, intelectual ou múltipla; Transtorno do Espectro Autista (TEA); com Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) e Transtornos Específicos da Aprendizagem e/ou com Altas Habilidades/Superdotação.

No entanto, como informado pelo NACE, esse quantitativo não representa o número exato de estudantes com deficiência ou NEE matriculados na universidade, pois nem todos os alunos ingressam.

No Ensino Superior por meio de cotas para estudantes com deficiência, se autodeclaram como pessoas com deficiência no SIGAA ou solicitam apoio ao NACE/CAA. Tais informações indicam a ausência de mecanismos eficientes para informar e/ou registrar todos os alunos com NEE, bem como dificuldade estrutural da universidade em identificar, acompanhar e atender esse público.

Outro aspecto indicado nas respostas é que para a autodeclaração no sistema não é necessário apresentar laudo médico. Isso torna o processo de identificação mais acessível, mas por outro lado, há certa controvérsia, pois para o aluno iniciar o acompanhamento especializado pelo NACE ele precisa apresentar laudo médico. Desse modo, observamos que há uma barreira entre a autodeclaração e o atendimento. Há necessidade de a instituição refletir sobre esse ponto, visando à democratização do acesso à saúde para todos os alunos.

Na sequência são apresentados os resultados do formulário destinado ao NACE/CAA e aos graduandos, com as questões que investigam as deficiências e/ou especificidades dos estudantes, explorando também se esses alunos são atendidos pelo NACE/CAA e em caso positivo, é questionado sobre as ações de apoio que são desenvolvidas.

Quadro 5- Especificidades dos alunos da UFPE/CAA

Questão	Participante	Respostas
3 Todos esses estudantes apresentam laudo médico?	NACE	Para autodeclaração no Sistema de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) não é necessário apresentar laudo médico. O laudo médico é exigido para solicitação de atendimento e acompanhamento pelo NACE. No geral, os estudantes apresentam os documentos ao entrar em contato com o setor, entretanto, reconhecemos a necessidade de maior democratização do acesso à saúde entre

		os estudantes. Alguns diagnósticos, a exemplo do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH), são processuais e exigem acompanhamentos especializados que nem toda população possui condições de acessar.
4 Quais as especificidades desses estudantes?	NACE	As necessidades educacionais específicas atendidas pelo NACE são as seguintes: pessoas com deficiência nas áreas auditiva, visual, física, intelectual ou múltipla; com Transtorno do Espectro Autista (TEA); com mobilidade reduzida; com Transtorno do Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH); com transtornos específicos da aprendizagem e/ou com altas habilidades/superdotação. No campus de Caruaru, a maior representação é de alunos com deficiência física e deficiência visual, respectivamente.
3. Qual a sua Deficiência, Transtorno global do desenvolvimento ou Necessidade Específica?	Estudantes	E1- TDAH E2- tenho TEA nível 1 e deficiência intelectual baixa E3- TDAH, ansiedade, baixa visão. E4- TDAH e Transtorno de ansiedade E5- Autismo E6- Síndrome de Fahr
4. Você é atendido pelo NACE (Núcleo de Acessibilidade)?	Estudantes	E1- Não E2- Não E3- Sim E4- Não E5- Sim E6- Não
5. Se sim, quais ações são desenvolvidas com você?	Estudantes	E3- Estou ainda em processo. E5- Acompanhamento de desenvolvimento acadêmico

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Em relação às deficiências apresentadas pelos graduandos do CAA/UFPE, observa-se uma disparidade significativa entre os perfis dos alunos atendidos pelo NACE/CAA e os estudantes entrevistados. Enquanto o atendimento do núcleo concentra-se majoritariamente em alunos com deficiência física e visual, os dados das entrevistas revelam uma realidade distinta, na qual 50% dos entrevistados relataram possuir TDAH. Essa diferença sugere que, embora o NACE/CAA tenha uma presença forte no suporte a deficiências físicas e sensoriais, que há uma demanda crescente por atenção a transtornos neuropsicológicos, como o TDAH, que afetam de forma expressiva o desempenho acadêmico desses alunos

Ademais, é crucial abordar também que dentre os graduandos entrevistados apenas 33,33% são atendidos pelo NACE/CAA, onde, um ainda está em processo (estudando no 2º período do curso) e o outro com acompanhamento acadêmico (5º período do curso). Esse fato reforça a necessidade de ações mais efetivas para maior percentual de estudantes com NEE sejam acompanhados pela instituição.

6.2 AÇÕES DESENVOLVIDAS PARA A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM NEE PELO NACE/CAA;

Nesta categoria apresentamos respostas apenas do questionário destinado ao NACE/CAA. As perguntas dessa seção exploram como a universidade apoia estudantes com NEE, abordando a existência de um núcleo de apoio, as ações de inclusão e a acessibilidade dessas informações aos coordenadores e professores. Além disso, investigam se os professores são informados e preparados para atender esses alunos de forma adequada. Os resultados foram os seguintes:

Quadro 6- Perguntas e respostas sobre as ações desenvolvidas para a inclusão de estudantes com NEE pelo NACE/CAA

Questão	Respostas
5. Existe um núcleo de apoio específico para esses estudantes?	Sim, o Núcleo Setorial de Acessibilidade tem justamente a finalidade de apoiar e promover a acessibilidade aos estudantes e servidores (docentes e técnico-administrativos em educação) com deficiência e/ou Necessidades Específicas (NE) do Centro Acadêmico do Agreste (CAA).
6. Quais ações a universidade desenvolve para a inclusão desses estudantes?	As ações são diversas e podem estar vinculadas ou não aos Núcleos de Acessibilidade da UFPE. Elas incluem: rodas de conversa, sensibilizações, serviço de tradução e interpretação em Libras, conversão e adaptação de materiais informacionais para formatos acessíveis, empréstimo de tecnologias assistivas, etc.
7. Os coordenadores de cada curso têm acesso a essas informações?	Não fica suficientemente claro a quais informações se refere a pergunta. Os coordenadores são notificados pelo Sistema de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) da UFPE sempre que um discente do curso solicita atendimento pelo NACE. Os encaminhamentos realizados pelo setor, através da plataforma, também são direcionados (automaticamente) para a coordenação e para os professores das disciplinas nas quais o/a aluno/a (com NEE) esteja matriculado/a em cada semestre. Embora o NACE/CAA venha se colocando disponível para o fornecimento de dados relativos aos alunos com NEE do campus, adotando uma perspectiva de articulação e colaboração intersetorial, as coordenações de curso também podem solicitar indicadores institucionais à Superintendência da Tecnologia da Informação (STI) da UFPE (setor responsável pela gestão desses dados).
8. Os professores de cada curso têm	Como evidenciado anteriormente, os professores são notificados (automaticamente), através do Sistema de Gestão de Atividades Acadêmicas

acesso a essas informações?	(SIGAA) da UFPE, acerca da existência de um/a aluno/a acompanhado/a pelo NACE/CAA matriculado/a em sua disciplina. Entretanto, lembramos que, conforme o art. 9 da Resolução CONSUNI-UFPE nº 11/2019, cabe ao Coordenador de Curso de Graduação e de Pós-Graduação, diante do conhecimento de discente que se enquadre nas condições apresentadas no art. 1º do documento: "II - encaminhar as recomendações sugeridas pelo Núcleo de Acessibilidade da UFPE aos professores dos componentes curriculares cursados pelo discente". Portanto, apesar do NACE/CAA seguir comprometido com promoção de colaborações intersetoriais, existem responsabilidades compartilhadas entre os diversos sujeitos e setores da UFPE. Os professores devem estar sempre em articulação com a sua coordenação.
9. Os professores recebem identificação de quais alunos necessitam de uma atenção educacional especializada? Como isso é feito?	Recentemente, o NACE/CAA realizou a atualização de seus fluxos, visando otimizar e formalizar as suas intervenções. As indicações de acessibilidade do setor têm sido encaminhadas para a coordenação de curso e para os docentes, mediante o Sistema de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) da UFPE. Por conseguinte, como citado anteriormente, os professores têm sido notificados, via SIGAA, acerca da existência de um/a aluno/a acompanhado/a pelo núcleo e matriculado/a em sua disciplina. Junto à notificação, é partilhado um documento com "Orientações sobre direitos, serviços e recursos de acessibilidade no âmbito da UFPE", no qual constam demandas individuais de cada um dos alunos.
10. Os professores recebem material de apoio ou formação educacional para trabalhar com os alunos com essas necessidades educacionais específicas?	Lembramos que a promoção de atividades formativas para os servidores é de responsabilidade da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida (Progepe) da UFPE, não de seus Núcleos de Acessibilidade. As competências institucionais não podem ser confundidas. Entretanto, encontram-se em andamento, no NACE/CAA, ações voltadas para o objetivo mencionado na pergunta. Dentre elas, citamos: 1 - Oficinas sobre acomodações pedagógicas para pessoas com deficiência ou necessidades educacionais específicas (outubro de 2024), direcionadas para servidores Técnicos (pedagogos e técnicos em assuntos educacionais) do Núcleo de Estudos e Assessoria Pedagógica do Centro Acadêmico do Agreste (CAA) e docentes dos cursos de graduação do CAA. Uma iniciativa do Serviço Social do Núcleo Setorial de Acessibilidade do CAA, em parceria com a Pedagogia do Serviço de Atendimento em Acessibilidade e Inclusão Educacional (AAIE) do Núcleo de Acessibilidade do campus Recife. 2 - Criação da Cartilha de Acessibilidade do CAA, com indicações de estratégias que podem ser acionadas institucionalmente para promoção da acessibilidade e inclusão educacional no campus de Caruaru. Uma iniciativa do Serviço Social do Núcleo Setorial de Acessibilidade do CAA (NACE/CAA), em parceria com a Pedagogia do Serviço de Atendimento em Acessibilidade e Inclusão Educacional (AAIE) do Núcleo de Acessibilidade do campus Recife. Importante mencionar que, apesar dos esforços empreendidos pelo NACE, no geral, há pouco engajamento e participação dos docentes do CAA nas atividades propostas. A baixa adesão dificulta a proposição de ações contínuas voltadas para a comunidade acadêmica do campus.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Como já mencionado, o núcleo de apoio para os estudantes com NEE oferecido pela UFPE/CAA é o Núcleo Setorial de Acessibilidade, no qual a principal finalidade do núcleo é apoiar e promover a acessibilidade dentro do campus,

abrangendo não apenas os graduandos, mas também os servidores (docentes e técnicos-administrativos em educação) com deficiência e/ou Necessidades Específicas.

Conforme apresentado nas respostas, são desenvolvidas diversas ações para efetivar a inclusão no Ensino Superior, como rodas de conversa, sensibilizações, serviço de tradução e interpretação em Libras, conversão e adaptação de materiais informacionais para formatos acessíveis, e empréstimo de tecnologias assistivas, entre outros. Porém, nem todas essas ações são vinculadas diretamente ao NACE. Algumas dessas intervenções inclusivas, como também a promoção de atividades formativas para os servidores é de responsabilidade da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida (PROGEPE) da UFPE.

De acordo com UFPE (2024), a PROGEPE surge da junção da Pró-Reitoria Administrativa (PROADM) e da Pró-Reitoria Comunitária (PROCOM) contando atualmente com três diretorias: Diretoria de Administração de Pessoal, Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas e Diretoria de Qualidade de Vida. É o órgão responsável pelo planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações de administração e desenvolvimento de recursos humanos. Compete a essa Pró-Reitoria realizar ações e projetos voltados à melhoria da qualidade de vida, à saúde e ao bem-estar social de todos os servidores da UFPE. Abrangendo assim, as atividades referentes à formação, qualificação de pessoal e outras funções.

Mesmo sendo de responsabilidade da PROGEPE a promoção de atividades formativas para os servidores, os dados apresentados pelo NACE podem facilitar esta atividade para que ações mais efetivas sejam desenvolvidas. Desse modo, é de suma importância a parceria entre esses dois órgãos.

É válido destacar que nem todos os estudantes com NEE são identificados para os professores e coordenadores de seus cursos, apenas nos casos em que os estudantes solicitaram atendimento pelo NACE que suas informações são encaminhadas automaticamente pelo SIGAA para a coordenação do curso, que consequentemente passa para os professores das disciplinas nas quais o/a aluno/a esteja matriculado/a em cada período letivo. Junto à notificação, é partilhado um documento com “Orientações sobre direitos, serviços e recursos de acessibilidade no âmbito da UFPE”, no qual constam demandas individuais de cada um dos alunos.

Para tentar ajudar os professores a trabalhar com estudantes com NEE, o NACE está desenvolvendo dois materiais de apoio, um deles é a oficina sobre

acomodações pedagógicas para pessoas com deficiência ou necessidades educacionais específicas, e o outro é a criação da Cartilha de Acessibilidade do CAA, com indicações de estratégias que podem ser acionadas institucionalmente para promoção da acessibilidade e inclusão educacional no campus de Caruaru.

Finalizando a análise dessa categoria, consideramos importante destacar que a resposta dada pelo NACE na décima pergunta, problematizando o pouco engajamento e participação dos docentes do CAA nas atividades que são propostas para a inclusão dos estudantes com NEE. A escassez de participação docente dificulta a proposição e a execução de ações contínuas voltadas para a comunidade acadêmica. Sem o apoio e o envolvimento dos professores, é difícil implementar iniciativas que são essenciais para promover um ambiente inclusivo e acessível.

Do mesmo modo, a falta de engajamento pode resultar em uma desconexão entre as diretrizes teóricas sobre inclusão e a prática real nas salas de aula. Os docentes desempenham um papel fundamental na aplicação de políticas de acessibilidade; sem sua participação ativa, a teoria pode não se traduzir em ações concretas. Conforme Melo (2023), a falta de informação da comunidade acadêmica e a falta de formação docente para trabalhar com a diferença, é uma grande barreira existente nas instituições.

Além disso, a ausência de apoio e reconhecimento por parte dos professores pode desmotivar os estudantes, especialmente aqueles com NEE. Se os alunos sentem que suas necessidades não estão sendo atendidas ou que os docentes não estão comprometidos com a inclusão, isso pode afetar negativamente sua experiência acadêmica e seu desempenho, como será discutido na categoria a seguir.

6.3 A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES COM NEE DO CAA/UFPE;

Nessa categoria, as perguntas apresentadas buscam compreender os desafios enfrentados por estudantes com NEE no Ensino Superior, aborda a taxa de conclusão e desistência desses alunos, as principais dificuldades de permanência no ambiente acadêmico, além de identificar ações indicadas pelo NACE/CAA para promover a inclusão, mas que ainda não foram implementadas. Também são investigadas sugestões dos próprios estudantes sobre iniciativas que poderiam contribuir para seu desenvolvimento acadêmico.

No quadro a seguir exibimos as perguntas e respostas do formulário destinado ao NACE/CAA e aos graduandos.

Quadro 7- Desafios para a permanência de estudantes com NEE do CAA/UFPE

Questão	Participante	Respostas
11. Qual a taxa de conclusão de curso dos alunos com necessidades educacionais específicas?	NACE	O NACE/CAA responde apenas pelos dados relativos aos estudantes acompanhados. Nos nossos registros, dos 5 (cinco) discentes (acompanhados) que finalizaram o seu vínculo de graduação com a UFPE, 4 foram em virtude da conclusão do curso e 1 por cancelamento. Observação: A servidora respondente deste formulário só tem condições de responder pelos dados a que teve acesso desde a sua chegada no setor, em janeiro de 2024.
12. Qual a taxa de desistência ou trancamento de curso dos alunos com necessidades educacionais específicas? Essa taxa está ligada diretamente com as necessidades dos estudantes?	NACE	Como evidenciado, o NACE/CAA responde apenas pelos dados relativos aos estudantes acompanhados. Nos nossos registros, dos 5 (cinco) discentes (assistidos) que finalizaram o seu vínculo de graduação com a UFPE, 4 (80%) foram em virtude da conclusão do curso e 1 (20%) por cancelamento. Reconhecemos as diversas barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência na universidade, entretanto, cada situação (de desistência ou de trancamento) precisará ser considerada em sua singularidade, ouvindo os próprios sujeitos envolvidos (discentes).
13. Quais as dificuldades de permanência dos estudantes com NEE no Ensino Superior?	NACE	Para responder este questionamento, também sugiro ouvir os próprios sujeitos envolvidos (alunos com NEE), em consonância com o lema "Nada sobre nós, sem nós". As dificuldades podem ser tanto individuais (particulares de cada discente), quanto coletivas (compartilhadas com os demais). Para citarmos em âmbito geral, no campus de Caruaru, identificamos a existência de barreiras arquitetônicas, tecnológicas, atitudinais, nas comunicações e na informação. Todas elas com impacto significativo nas condições de permanência dos alunos com NEE na Educação Superior.
14. Quais ações vocês gostariam de desenvolver para a inclusão desses estudantes e não conseguiram? E porque não conseguiram?	NACE	A principal dificuldade enfrentada pelo NACE/CAA atualmente é o número reduzido de servidores. Contamos com apenas 5 profissionais lotados no setor, dos quais, 1 está em afastamento para estudo. Para atendimento aos discentes (como profissional especializada), temos apenas 1 assistente social, limitando as possibilidades de ampliação do leque de intervenções do núcleo. Apesar das dificuldades de pessoal, o setor tem realizado grandes esforços para planejamento e execução de ações que auxiliem na construção de um campus mais acessível e inclusivo para todos e todas. De todo modo, é muito importante enfatizar a nossa ENORME carência de profissionais especializados para composição de uma equipe multiprofissional no

		NACE/CAA, nos moldes do NACE Recife.
6. Você possui dificuldades quanto aos aspectos pedagógicos, arquitetônicos, instrumentais, ou outros?	Estudantes	E1- Não E2- Sim E3- Sim E4- Sim E5- Não E6- Sim
7. Caso sim, descreva quais são essas dificuldades.	Estudantes	E2- Sinto que minhas habilidades cognitivas vem decaindo. E3- Barulho me atrapalha bastante, mas ultimamente não estou conseguindo acompanhar o curso como deveria por questões pessoais. E4- Os assuntos são vistos muito rápidos e algumas vezes superficialmente, não consigo acompanhar a turma E6- Dificuldade em alguns assuntos, como cálculo
8. Há alguma ação que você acredita que pode contribuir para o seu desenvolvimento acadêmico no Ensino Superior tendo em vista as suas especificidades?	Estudantes	E1- Acredito que a própria estruturação dos cursos são voltados para pessoas neurotípicas, o que força pessoas neuro divergentes a se adaptarem às normas. Mas acredito que talvez havendo mais informação cada um dos transtornos ou deficiências gere um pouco mais de empatia entre os professores. E2- Auxílio e ações para me ajudar a fixar o conteúdo. E3- A consciência dos professores, não preciso ser tratada com coitadinha por ser TDAH, mas nem todos sabem os sintomas dele. Slides também é uma dificuldade pra mim porque mesmo sentado na primeira cadeira as cores e o tamanho das letras me prejudicam, além das cores e espessura dos pilotos usados no quadro (se não tiver como se fosse negrito no quadro eu não vejo, só se eu chegar perto). Por mais que eu esteja usando óculos, eu ainda tenho dificuldade de enxergar porque o óculos não contempla a doença que tenho somente a questão da distância (eu vejo duplicado e às vezes os professores trazem atividades com letras muito pequenas). E4- Não sei E5- Acho que algum professor ou aluno tutor E6- Me adaptar a essa realidade e ter métodos de estudo eficientes

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Com base nas declarações do NACE, a análise dos dados revela um resultado majoritariamente positivo em relação à permanência e ao sucesso dos estudantes assistidos durante sua jornada acadêmica. Dos cinco discentes que finalizaram seu vínculo de graduação com a UFPE em 2024, 80% (quatro alunos) concluíram o curso com êxito, demonstrando que o suporte oferecido pelo NACE contribuiu para a trajetória acadêmica desses estudantes até a formatura. Este dado reflete a importância das ações de inclusão e acessibilidade promovidas, sugerindo

que os recursos disponibilizados foram bem aproveitados pela maioria. No entanto, é relevante observar que 20% (um aluno) interrompeu seus estudos por meio de cancelamento. Esse número, embora menor, sinaliza que ainda existem desafios a serem enfrentados no que diz respeito à permanência de todos os estudantes assistidos. Pode haver diversos fatores que contribuíram para esse cancelamento, como questões acadêmicas, pessoais ou mesmo insuficiência de suporte.

As dificuldades enfrentadas pelos estudantes com NEE no campus de Caruaru são variadas e abrangem tanto aspectos individuais quanto coletivos. No nível individual, cada discente pode lidar com barreiras específicas relacionadas à sua condição particular, como limitações de acessibilidade ou falta de recursos personalizados. No entanto, há também desafios coletivos que afetam todos os estudantes com NEE de forma mais ampla. A presença de barreiras arquitetônicas, tecnológicas, atitudinais, de comunicação e de informação no campus tem um impacto profundo na permanência desses alunos na Educação Superior.

Diante desse cenário, o apoio institucional citado por Siqueira e Santana (2010) torna-se essencial, enfatizando a importância de as instituições de Ensino Superior oferecerem suporte adequado. Isso envolve investimentos em infraestrutura acessível, recursos financeiros para pesquisas voltadas à inclusão e programas de capacitação para professores e funcionários, visando criar um ambiente mais inclusivo e propício ao aprendizado para todos os estudantes.

Segundo as respostas dos estudantes entrevistados, 66,67% (quatro) estudantes afirmam ter dificuldades quanto aos aspectos pedagógicos, arquitetônicos e instrumentais.

Dentre algumas dificuldades apresentadas pelos graduandos, destacamos algumas:

> E2- *Sinto que minhas habilidades cognitivas vêm decaindo.*
>
> E3- *Barulho me atrapalha bastante.*
>
> E3- *Slides também é uma dificuldade pra mim porque mesmo sentado na primeira cadeira as cores e o tamanho das letras me prejudicam, além das cores e espessura dos pilotos usados no quadro (se não tiver como se fosse negrito no quadro eu não vejo, só se eu chegar perto). Por mais que eu esteja usando óculos, eu ainda tenho dificuldade de enxergar porque os óculos não contemplam a doença que tenho somente a*

> *questão da distância (eu vejo duplicado e às vezes os professores trazem atividades com letras muito pequenas).*
> E4- *Os assuntos são vistos muito rápidos e algumas vezes superficialmente, não consigo acompanhar a turma.*

As falas dos estudantes revelam uma série de dificuldades que impactam seu aprendizado no ambiente acadêmico. E2 expressa uma preocupação com o declínio de suas habilidades cognitivas, indicando um sentimento de insegurança em relação ao seu desempenho. E3 complementa essa percepção ao mencionar que o barulho ao redor dificulta sua concentração, enquanto também enfrenta problemas de visualização durante as aulas. Mesmo sentado na primeira fila, a legibilidade dos slides e a clareza dos conteúdos apresentados nos quadros são comprometidas devido ao tamanho e às cores das letras, além de sua condição visual não ser totalmente corrigida pelo uso de óculos. Além disso, a velocidade com que os assuntos são abordados nas aulas representa um desafio significativo para os alunos, como destacado na fala de E4, que sente dificuldade de acompanhar o ritmo da turma. Essa combinação de dificuldades — cognitivas, ambientais e pedagógicas — pode levar à frustração e ao desinteresse, prejudicando a experiência acadêmica dos estudantes.

Além dos problemas apresentados pelos estudantes, o NACE também expõe dificuldades, sendo elas referente ao número reduzido de servidores no setor, comprometendo o atendimento à crescente demanda dos estudantes com NEE, que vem crescendo. Dessa forma, as ações desenvolvidas no Núcleo ficam limitadas.

Em relação às ações que podem contribuir para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes com especificidades e/ou deficiências, os alunos entrevistados destacam a importância da conscientização dos professores e do suporte oferecido por um tutor institucional. Isso foi expresso nas falas dos estudantes:

> E1- *[...] acredito que talvez havendo mais informação de cada um dos transtornos ou deficiências gere um pouco mais de empatia entre os professores.*
> E3- *A consciência dos professores, não preciso ser tratada com coitadinha por ser TDAH, mas nem todos sabem os sintomas dele.*

E5- *Acho que algum professor ou aluno tutor.*

As falas dos estudantes ressaltam a necessidade de aumentar a conscientização e a empatia dos professores em relação às deficiências e transtornos, como o TDAH. Uma ação seria a de promover a formação dos docentes, abordando as características dos diferentes transtornos e as melhores práticas para atender às necessidades dos alunos. Essa iniciativa está diretamente relacionada às mudanças nas atitudes sociais destacadas por Siqueira e Santana (2010), que são fundamentais para uma inclusão efetiva. Workshops e seminários oferecem informações detalhadas para que os professores reconheçam os sintomas e dificuldades dos estudantes com necessidades específicas, contribuindo para combater estereótipos, preconceitos e estigmas. Essa formação ajuda a evitar abordagens paternalistas e a promover um ambiente de respeito e compreensão, favorecendo a plena participação desses alunos no contexto educacional e na sociedade.

Outra ação relevante é a implementação de programas de apoio personalizado, como tutorias ou mentorias, onde alunos ou professores possam oferecer assistência direta a estudantes com NEE. Esses tutores poderiam ajudar a orientar os alunos em suas atividades acadêmicas, além de proporcionar um espaço seguro para discutir suas dificuldades. A combinação dessas estratégias, juntamente com a adaptação curricular e a modificação de materiais didáticos, pode criar um ambiente mais inclusivo e acolhedor. Com um suporte adequado e uma cultura de empatia, os estudantes com deficiências ou necessidades educacionais específicas podem se sentir mais motivados e capacitados para alcançar seu pleno potencial no Ensino Superior.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Inclusiva foi criada com o objetivo de assegurar que pessoas com deficiências tenham acesso a salas de aula do ensino regular, e esse princípio também se estende ao Ensino Superior. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 garante o direito à educação superior para todos os cidadãos, estipulando que o Estado deve proporcionar educação gratuita em instituições públicas e promover políticas de inclusão e acesso em todas as IES (Brasil, 1988). Apesar dessas garantias legais, a inclusão efetiva nas universidades ainda enfrenta muitos desafios. Estudantes com deficiências e/ou NEE que conseguem ingressar em IES frequentemente lidam com dificuldades de permanência, como falta de adaptações pedagógicas adequadas, infraestrutura insuficiente e escassez de apoio especializado. A implementação de políticas inclusivas muitas vezes é limitada pela falta de recursos e capacitação de professores.

A presente pesquisa teve como finalidade analisar as ações que possam contribuir para o desenvolvimento acadêmico de graduandos com NEE do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA/UFPE). Para isso, investigou-se os critérios e ações desenvolvidas pelo NACE/CAA para o atendimento dos referidos estudantes. Ademais, averiguamos a opinião de alguns graduandos com deficiência e/ou NEE sobre as dificuldades que enfrentam para permanecer no Ensino Superior, bem como as ações que podem ser implementadas para contribuir com seu desenvolvimento acadêmico.

Com base no que foi elencado, nota-se que o NACE/CAA enfrenta limitações em sua atuação, mesmo buscando implementar projetos de acessibilidade na universidade, não conseguem abranger toda a instituição, especialmente no que diz respeito à sua interação com os discentes universitários. Tais informações indicam a necessidade de ampliar as formas de identificação dos estudantes com NEE matriculados na UFPE/CAA e acesso ao atendimento do NACE/CAA.

Diversas ações são realizadas pelo NACE/CAA para promover a inclusão no Ensino Superior, como rodas de conversa, sensibilizações, serviços de tradução e interpretação em Libras, conversão e adaptação de materiais informativos para formatos acessíveis, e o empréstimo de tecnologias assistivas. Somando a isso, o núcleo está desenvolvendo dois materiais de apoio para auxiliar professores no trabalho com estudantes com NEE: uma oficina sobre acomodações pedagógicas e

a Cartilha de Acessibilidade do CAA, que oferece estratégias para promover a acessibilidade e inclusão educacional no campus de Caruaru. Dessa forma, o Núcleo busca cumprir os objetivos oficiais de promover a inclusão, a permanência e o acompanhamento de pessoas com deficiência e necessidades específicas, e também de promover novas ações voltadas às questões de acessibilidade e inclusão educacional (UFPE, 2024).

Os participantes da pesquisa apresentaram diversos desafios para a permanência de estudantes com NEE no Ensino Superior. Esses graduandos enfrentam dificuldades como declínio cognitivo, problemas com barulho e visão, que prejudicam a leitura de slides e atividades em sala de aula, mesmo com o uso de óculos. Além disso, o ritmo acelerado das aulas dificulta o acompanhamento do conteúdo. Paralelamente, o NACE/CAA enfrenta limitações, como a escassez de servidores, o que restringe sua capacidade de atender à crescente demanda e compromete as ações de inclusão no ambiente acadêmico.

O estudo realizado indica algumas ações que podem contribuir para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes com especificidades e/ou deficiências, sendo elas a sensibilidade e oferecimento de cursos de formação para professores, ajustes pedagógicos, adaptações de materiais, criação de grupo de apoio e/ou tutoria, acessibilidade física e tecnológica, atendimento individualizado e acompanhamento psicológico, promoção de rodas de conversa e discussão, divulgação de cartilhas e materiais informativos, entre outros. Essas ações visam não apenas adaptar o ambiente acadêmico às necessidades dos estudantes, mas também promover uma cultura institucional mais empática e preparada para lidar com a diversidade. Ao adotar essas medidas, a universidade contribui para que esses estudantes possam se desenvolver plenamente e alcançar seu potencial acadêmico.

Em suma, acreditamos que a inclusão nas instituições de Ensino Superior é um tema que vem ganhando cada vez mais relevância no contexto educacional. Portanto, nosso estudo pode ser expandido, considerando que o desenvolvimento de novas pesquisas sobre a inclusão é fundamental para promover melhorias contínuas nesse campo. Esses estudos são importantes porque mostram a visibilidade da inclusão no meio universitário, permitindo analisar a questão e propor soluções por meio de pesquisas de graduação e pós-graduação.

A pesquisa realizada traz contribuições para o contexto da Educação Inclusiva, assim como para o curso de licenciatura em Matemática da UFPE/CAA ao evidenciar a necessidade de um olhar atento para as especificidades dos estudantes com NEE, buscando não apenas garantir o acesso, mas também a permanência e o sucesso acadêmico. As ações propostas, como capacitação de professores e uso de recursos pedagógicos adequados, são cruciais para que os discentes possam acompanhar o ritmo das aulas e desenvolver suas habilidades. Além disso, a promoção de um ambiente de apoio e a sensibilização da comunidade acadêmica para a diversidade são essenciais para fomentar uma cultura inclusiva.

A partir da nossa pesquisa, alguns pontos podem ser aprofundados, como: a percepção dos estudantes com NEE sobre os serviços prestados pelo NACE/CAA; ações desenvolvidas nos diferentes cursos da UFPE/CAA sobre a inclusão dos estudantes com NEE; construção de ações pedagógicas para estudantes de diferentes cursos do Ensino Superior com NEE, entre outras coisas.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, L. N. V.; ANTERO, K. F. UM BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL. VII CONEDU – **Conedu em casa**... Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD4_SA11_ID_14082020134026.pdf. Acesso em: 14 out. 2024.

BÍBLIA. A. T. Isaías. In: BÍBLIA. **Bíblia Sagrada**: Antigo e Novo Testamento. Traduzida em português pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Revista e Atualizada no Brasil. 17 ed. São Paulo- SP: Canção Nova, 2012. cap. 41, vers. 10, p. 941.

BRASÍLIA. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 23 set. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 23 set. 2023.

BRASIL, **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Driscriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 de out. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm. Acesso em 23 set. 2023.

BRASIL. **Decreto n° 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 ago. 2009.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 23 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 19 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera as Leis nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e nº 12.990, de 9 de junho de 2014, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 29 dez. 2016. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13409-28-dezembro-2016-784149-publicacaooriginal-151756-pl.html. Acesso em: 19 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Programa Incluir)**. 16 abr. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/areas-de-atuacao/es/incluir. Acesso em: 18 set. 2024.

CARVALHO, R. E**. Educação e inclusão: a questão da permanência da pessoa deficiente na universidade**. Acesso e permanência da pessoa com necessidades educacionais especiais nas IES. FÓRUM: Curitiba, 12 abr. 1999.

FERREIRA, S. L. Ingresso, permanência e competência: uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 13, n. 1, p. 43-60, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MANENTE, Milena Valelongo; RODRIGUES, Olga Maria Piazentin Rolim; PALAMIN, Maria Estela Guadagnuci. Deficientes auditivos e escolaridade: fatores diferenciais que possibilitam o acesso ao ensino superior. **Revista Brasileira de Educação Especial [online]**, v. 13, n. 1, p. 27-42, 2007. ISSN 1413-6538. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1413-65382007000100003&script=sci_abstract . Acesso em: 19 set. 2024.

MATTOS, CLG de. Estudos etnográficos da educação: uma revisão de tendências no Brasil. **Etnografia e educação: conceitos e usos.** Campina Grande: EDUEPB, p. 25-48, 2011.

MEDEIROS, E. C. de M. R.; AZONI, C. A. S.; MELO, F. R. L. V. de. Estudantes com dislexia no ensino superior e a atuação do núcleo de acessibilidade da UFRN. **Inclusão Social**, [S. l.], v. 11, n. 1, 2017. Disponível em: https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4085. Acesso em: 19 set. 2024.

MEDEIROS, Jéssica Murienny Souza . **Desafios e perspectivas enfrentados por estudantes com TDAH no Ensino Superior**: Uma revisão da literatura. 2022. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia)- Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Angicos. 2022. Disponível em: https://repositorio.ufersa.edu.br/items/5c4d59d1-b77d-4181-a83c-44638e209604/full. Acesso em: 19 set. 2024.

MELO, Sandra Cordeiro de; CONSTANT, Elaine; FERREIRA, Adriana Teixeira. Acesso e permanência de pessoas com autismo no ensino superior. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 73, p. 112–128, 2023. DOI: 10.12957/teias.2024.74128. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/74128. Acesso em: 19 set. 2024.

MIRANDA, A. A. T. de; SEGALLA, J. I. S. da F. A inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior. **JusBrasil**, IbiJus - Instituto Brasileiro de Direito. Belo Horizonte (MG). 2019. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-inclusao-das-pessoas-com-deficiencia-no-ensino-superior/755287780. Acesso em: 19 mar. 2024.

PACHECO, R. V.; COSTAS, F. A. T. P**.** Processo de inclusão de acadêmicos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria. **Revista Educação Especial***,* Santa Maria, n. 27, p. 151-170, 2006.

SILVA, J. C.; PIMENTEL, A. M**.** Inclusão educacional da pessoa com deficiência visual no ensino superior. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, 29, e2904, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAR2193. Acesso em: 18 set. 2024.

SIQUEIRA, I. M.; SANTANA, C. S**.** Acessibilidade de pessoas com deficiência no ensino superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 16, n. 1, p. 127-136, jan./abr. 2010.

SOUZA, Jairo José de; MORAIS, Eduardo Cardoso. **Cartilha legal**: inclusão do aluno com necessidades específicas. 2022. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/703143/2/Cartilha%20Legal.pdf. Acesso em: 26 set. 2023.

STAINBACK, Susan.; STAINBACK, William. **INCLUSÃO um guia para educadores.** 1º ed. Porto Alegre: Artmed, 1999.

UFPE. **Manual do Estudante**. 2024. Disponível em: https://www.ufpe.br/manual-do-estudante. Acesso em: 09 out. 2024.

UFPE. **Núcleo de Acessibilidade**. 2024. Disponível em: https://www.ufpe.br/nucleodeacessibilidade/sobre. Acesso em: 26 set. 2024.

UFPE. **Núcleo Setorial de Acessibilidade do CAA**. 2024. Disponível em: https://www.ufpe.br/caa/acessibilidade. Acesso em: 07 out. 2024.

UFPE. **PROGEPE:** Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida. 2024. Disponível em: https://www.ufpe.br/progepe. Acesso em: 9 out. 2024.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília, DF: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf. Acesso em: 27 set. 2023.